



Projeto Educativo

Agrupamento de Escolas de Canelas

2016
2019

A escola é um meio de querermos aquilo que não temos. A vida, depois, ensina-nos a termos aquilo que não queremos. Entre a escola e a vida, resta-nos sermos verdadeiros e confessar aos mais jovens que nós, professores e pais, também estamos à procura de respostas.

Mia Couto

Índice Geral

Glossário	5
Introdução.....	6
1. Caracterização contextual	8
2. Diagnóstico estratégico.....	11
2.1. Ameaças	13
2.2. Oportunidades.....	14
2.3. Pontos fracos	14
2.4. Pontos fortes	15
3. Visão e missão	17
4. Objetivos e metas	22
I. Melhorar o nível de aprendizagem dos alunos	23
II. Fomentar valores de cidadania	25
III. Promover hábitos de vida saudáveis	27
IV. Elevar o nível cultural dos discentes	28
V. Promover a educação inclusiva	29
VI. Valorizar o trabalho, o esforço e a responsabilidade	30
VII. Fortalecer a identidade do Agrupamento	31
5. Divulgação, acompanhamento e avaliação	32

Índice de Anexos

ANEXO 1 – Organização do processo de formação de turmas

ANEXO 2 – Evolução do total de alunos por ciclo de escolaridade (2007-2015)

ANEXO 3 – Evolução do total de grupos/turmas por ciclo de escolaridade (2007-2015)

ANEXO 4 – Evolução da oferta educativa e formativa (2007-2015)

ANEXO 5 – Evolução do total de alunos com necessidades educativas especiais permanentes (2007-2015)

ANEXO 6 – Evolução do número de alunos com ASE (2007-2015)

ANEXO 7 – Evolução do número de docentes por ciclo de escolaridade e vínculo contratual (2007-2015)

ANEXO 8 – Evolução do número de pessoal não docente por categoria e vínculo contratual (2007-2015)

ANEXO 9 – Evolução dos resultados académicos (2007-2015)

ANEXO 10 – Evolução do acesso ao ensino superior (2007-2015)

ANEXO 11 – Evolução da incidência de processos disciplinares (2010-2015)

Glossário

CE – Classificação externa

CPCJ – Comissão de proteção de crianças e jovens

DGEEC – Direção-Geral de estatísticas da educação e ciência

EB1 – Escola básica do 1º ciclo

EPE – Educação pré-escolar

JI – Jardim de infância

NEEP – Necessidades educativas especiais permanentes

PEA – Projeto educativo de Agrupamento

PEI – Programa educativo individual

PFPS – Projeto de formação pessoal e social

PIT – Plano individual de transição

*Uma nação vale pelos seus sábios, pelas suas escolas, pelos seus génios, pela sua literatura,
pelos seus exploradores científicos, pelos seus artistas.*

Eça de Queirós

Introdução

A lei consigna que “a autonomia da escola [se] concretize na elaboração de um Projeto Educativo próprio, constituído e executado de forma partilhada, dentro dos princípios da responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação às características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.”¹; e é com base nessa obrigatoriedade que, à partida, se assume a sua construção. Porém, se o imperativo legal obriga à elaboração do documento não será esta, porventura, a razão de fundo que o justifica e a partir da qual ele se alicerça e constrói.

Foi necessário, então, repensar os princípios que iriam estruturar este projeto educativo, encontrar as razões que verdadeiramente justificariam a sua construção no contexto singular e único do Agrupamento de Escolas de Canelas.

Feito esse exercício de procura, de análise e de reconstrução, tornou-se possível delinear os objetivos da nossa ação educativa; traçar um rumo com sentido e consentido para a(s) nossa(s) escola(s); desenhar, em última instância, o rosto desta comunidade educativa, a identidade de que este coletivo precisa para se recriar uno e, simultaneamente, único. Nesse rosto permanecerão as marcas do que a Escola já foi, a herança da qual não podemos nem queremos abdicar, porque também nos caracteriza e define enquanto comunidade educativa; mas nele marcaremos os traços que caracterizam o presente que somos e perspetivam o futuro que queremos ser. E queremos focar a missão da Escola na educação entendida como um todo: sinónimo de um ensino de exigência e de aprendizagens de qualidade e, ao mesmo tempo, teia de afetos que humanize os espaços e as ações, que crie empatias e nos aproxi-

¹ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro

me do outro, que sirva de exemplo, que avive a nossa humanidade, que ajude, por último, no desenvolvimento pleno das nossas crianças, dos nossos jovens. Efetivamente, todas as ações terão de ser legitimadas em vista da concretização de um bem maior que é o ensino e a aprendizagem de qualidade e a formação de cidadãos ativos, interventivos e conscientes do lugar que ocupam na sua comunidade, no seu país, no mundo atual.

Para isso, será imprescindível a ação de todos, do conjunto humano múltiplo, diversificado de alunos, professores, assistentes técnicos e operacionais, encarregados de educação, família, outros profissionais e comunidade envolvente que, dia a dia, se devem unir pela mesma vontade, em busca de um fim comum: a edificação de uma Escola competente, humanizada, cívica, interventiva, apelativa, formadora, singular – uma Escola com um rosto, com uma identidade.

A educação exige os maiores cuidados, porque influi para toda a vida.

Séneca

1. Caracterização contextual

O Agrupamento de Escolas de Canelas resulta de um conjunto de unidades educativas distribuídas por cinco freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia, no distrito do Porto.

A escola-sede deste Agrupamento situa-se na freguesia de Canelas e agrega, no mesmo edifício, o primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico e o ensino secundário; aqui se encontram também os serviços de administração e gestão. As escolas básicas do 1º ciclo e jardins de infância (EB1/JI) do Curro e de Megide, o JI de Ribes e a EB1 da Lagarteira estão também instalados na freguesia, mas funcionam em edifícios autónomos, mais ou menos afastados geograficamente da escola-sede. O mesmo acontece com os restantes jardins de infância e escolas de primeiro ciclo deste Agrupamento, implantados nas freguesias de Gulpilhares e Valadares, Mafamude e Vilar do Paraíso, Perosinho e Serzedo e Vilar de Andorinho.

A EB1/JI do Monte (a 2,2 quilómetros da escola-sede) está sediada na união de freguesias de Gulpilhares e Valadares, localizadas a oeste do concelho de Vila Nova de Gaia. A EB1 de Laborim de Baixo (a 3,3 quilómetros da escola-sede) fica na zona limítrofe de Mafamude e Vilar do Paraíso, união de freguesias do centro da cidade de Gaia. A EB1/JI de Brandariz (a 2,4 quilómetros da escola-sede), a EB1/JI do Alquebre (a 2,7 quilómetros da escola-sede), a JI de Loureiro 1 e a EB/1 de Loureiro 2 (a 3,2 quilómetros da escola-sede) estão implantadas na união de freguesias de Perosinho e Serzedo. Finalmente, a EB1/JI da Serpente (a 2,2 quilómetros da escola-sede) situa-se num dos extremos de Vilar de Andorinho, freguesia que estabelece fronteira com o centro da cidade de Gaia.

Todas estas freguesias estiveram tradicionalmente ligadas à agricultura; porém, hoje, a maior parte dos seus habitantes desempenha atividades na área da indústria, construção civil,

comércio e serviços. A instalação progressiva de empresas um pouco por todo o concelho de Gaia (e particularmente nas freguesias em questão) levou à criação de postos de trabalho e ao desenvolvimento local; ergueram-se prédios e moradias e muitas foram as famílias, oriundas de outras partes do concelho e de outras regiões e sem raízes na comunidade local, que escolheram estas freguesias para viverem. Com o aumento da população, surgiram também vários bairros sociais. Por outro lado, nos últimos anos, tem-se assistido a um fluxo emigratório considerável, que resultou na partida de alguns elementos ou até de toda a família sobretudo para países da comunidade europeia, em busca de melhores condições de vida. Estas modificações económicas, demográficas e sociais têm sido sentidas de forma profunda no meio envolvente, levando à alteração da sua imagem tradicional, como se a comunidade local se tivesse descaracterizado nos últimos anos, ou, simplesmente, adquirido uma nova fisionomia com implicações óbvias na imagem que, tradicionalmente, a Escola exibia.

Por seu turno, as qualificações dos pais e encarregados de educação são, na sua maioria, de nível básico. Apenas uma pequena percentagem (inferior a 10%) tem habilitações académicas de nível superior e o mesmo acontece no que respeita às suas atividades profissionais. Quando se comparam os ensinamentos básico e secundário, verifica-se que o nível de qualificações e atividades profissionais é superior entre os encarregados de educação do básico.

A vasta área suburbana que integra este Agrupamento apresenta índices de desenvolvimento marcados pela cobertura da rede de distribuição de água, tratamento de águas residuais e recolha regular e seletiva de resíduos, instituições de saúde (centros de saúde e farmácias), transportes coletivos e boas acessibilidades rodoviárias.

São muitas e variadas as instituições artísticas, culturais e desportivas, implantadas nas cinco freguesias que envolvem o Agrupamento, que tornam a cultura e o desporto mais próximos das pessoas, promovendo junto das crianças, jovens e adultos experiências artísticas, desportivas e de lazer, divulgando as tradições e o património cultural e artístico e intervindo até na área da saúde e bem-estar. Independentemente da sua vocação, estas instituições têm sido importantes aliados da Escola na concretização de uma vontade comum: a elevação do nível cultural dos nossos alunos e respetivas famílias. O funcionamento do ensino articulado de música e a existência de vários protocolos com associações desportivas são

disso exemplo. Criar parcerias e proximidades, fomentar a interação sistemática entre estes organismos e a Escola deve continuar a ser uma prioridade.

A oferta formativa do Agrupamento tem sido ditada tanto pelos impositivos legais e determinações da tutela, principalmente no que diz respeito ao ensino profissionalizante, como pelas escolhas dos alunos e recursos materiais e humanos da instituição. O ensino pré-escolar, o ensino regular básico e secundário, o ensino profissional, bem como outros percursos alternativos, e a educação especial, constituem, genericamente, o conjunto de opções formativas que esta instituição escolar disponibiliza à comunidade.

*A primeira meta da educação é criar Homens que sejam capazes de fazer coisas novas;
Homens que sejam criadores, inventores, descobridores.*

Jean Piaget

2. Diagnóstico estratégico

O diagnóstico estratégico é uma tarefa fundamental para a aplicação do planeamento estratégico com vista a orientar a ação do Agrupamento, tendo por objetivo avaliar os fatores internos e externos de modo a prever as alterações que se operam e preparar-se para agir ².

A avaliação das condições oferecidas pelo meio envolvente e a resposta que o Agrupamento apresenta fazem parte do processo de avaliação diagnóstica, nomeadamente através da identificação dos seus pontos fortes e dos seus pontos fracos (análise interna) e através do reconhecimento das ameaças e oportunidades que, do exterior, condicionam o seu desenvolvimento (análise externa), os quais foram sistematizados numa matriz-síntese – matriz SWOT ³ que, a seguir, se apresenta.

Para a sua elaboração, a equipa de trabalho teve em consideração os seguintes elementos:

- Avaliações externas realizadas ao Agrupamento
- Resultados da autoavaliação
- Resultados escolares internos e externos
- Relatórios de atividades
- Grupos de referência (*Focus group*)

² Azevedo, R. (Coord.) (2011). *Projetos educativos. Elaboração, monitorização e avaliação. Guião de apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.

³ Da terminologia anglo-saxónica: *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades), *Threats* (ameaças).

Diagnóstico estratégico – MATRIZ SWOT

Análise Externa

Ameaças

- Impacto da diminuição demográfica.
- Dimensão do Agrupamento e sua dispersão geográfica.
- Meio social e económico carenciado, com contextos familiares desfavorecidos.
- Drástica redução do pessoal não docente (assistentes operacionais e técnicos) e nem sempre com o perfil ou a formação adequados.
- Alteração significativa da oferta formativa pretendida, decorrente de orientações e decisões da tutela.
- Orçamento manifestamente insuficiente (impacto a nível material, humano e pedagógico).

Oportunidades

- Requalificação das instalações de algumas escolas do Agrupamento.
- Recursos humanos e financeiros (embora com algumas restrições) provenientes do *Programa Operacional Capital Humano* (POCH).
- Exploração das instalações e equipamentos, visando um acréscimo de benefícios financeiros.

Análise Interna

Pontos Fracos

- Resultados académicos abaixo do esperado quando comparados com escolas do mesmo contexto.
- Persistente saída de alunos do Agrupamento no final do ensino básico.
- Insuficiente monitorização da interrupção precoce do percurso escolar.
- Insuficiente impacto do processo de articulação do currículo.
- Insuficiente utilização de metodologias diversificadas de ensino.
- Rentabilização dos recursos da Biblioteca.
- Incentivo aos alunos com aptidões excecionais de aprendizagem.
- Indisciplina em contexto escolar (mais notória na escola-sede).
- Sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento.
- Divulgação externa das iniciativas promovidas, dos trabalhos realizados e dos êxitos alcançados.
- Assimetrias, no Agrupamento, no que respeita a equipamentos tecnológicos, mobiliário e outros.
- Participação dos pais e encarregados de educação no acompanhamento do processo educativo dos seus educandos.
- Gestão do espaço/oferta alimentar das cantinas de algumas unidades.
- Hábitos de civismo e higiene dos alunos.
- Manutenção dos jardins na escola-sede.

Pontos Fortes

- Atuação efetiva das diversas lideranças e a clareza das metas definidas nos projetos e planos de ação traçados.
- Práticas de trabalho cooperativo dos docentes.
- Implementação de ações de melhoria, monitorização e regulação.
- Desenvolvimento de atividades educativas com grande impacto na comunidade envolvente.
- Clubes e projetos direcionados para alunos com diferentes perfis.
- Programa de inclusão escolar que visa integrar alunos com problemas específicos de saúde.
- Desenvolvimento de ações de solidariedade, de promoção da saúde e de consciência ecológica.
- Parcerias, protocolos e interação com a comunidade envolvente (autarquias, instituições educativas, de saúde, empresas e outras).
- Gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas e nas expectativas e sugestões dos profissionais.

2.1. Ameaças

O Agrupamento de Escolas de Canelas tem sentido, de forma significativa, o impacto da diminuição demográfica que assola o país. A crescente falta de crianças é notória particularmente ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, com a perda de cerca de 300 alunos no decorrer dos últimos oito anos. Por outro lado, assiste-se a uma progressiva saída de alunos, particularmente visível na significativa redução do seu número na transição do terceiro ciclo para o ensino secundário. Este facto tem estado no centro das preocupações dos diversos agentes educativos e estará associado não só a uma imagem menos positiva da nossa Escola, em grande parte alicerçada nos resultados académicos abaixo do esperado quando comparados com escolas do mesmo contexto, mas também à perceção da falta de civismo e insegurança que se vive no interior e nas imediações da escola-sede.

A grande dimensão do Agrupamento e a sua dispersão geográfica são igualmente fatores que dificultam o desenvolvimento de um trabalho mais humanizado e que responda às necessidades particulares de cada um dos seus utentes.

O meio socioeconómico carenciado de onde um número significativo dos nossos alunos é oriundo e os contextos familiares disfuncionais nos quais muitos se integram concorrem fortemente para desviar a atenção de muitos destes alunos do processo de ensino-aprendizagem, diminuindo as possibilidades de sucesso no seu percurso académico.

Nos últimos anos, a drástica redução do pessoal não docente (assistentes operacionais e técnicos administrativos) tem colocado enormes entraves ao normal funcionamento das escolas do Agrupamento. Para colmatar esta fragilidade, a tutela recorre frequentemente a contratações de pessoal para exercer estas funções (ao abrigo de contratos de emprego e inserção e do programa ocupacional de emprego), mas fá-lo a partir de um perfil de competências funcionais pouco exigente e sem oferecer qualquer formação inicial ou de percurso. Cria-se, assim, outro problema que decorre da colocação de pessoal sem perfil ou formação adequados para o exercício das funções que lhe são exigidas.

As alterações sistemáticas e a redução significativa da oferta formativa pretendida, decorrentes de orientações e decisões da tutela, colidem com a vontade dos alunos e com a disponibilidade de recursos humanos e materiais, contribuindo para a sua saída do Agrupamento.

Finalmente, o orçamento manifestamente insuficiente tem um impacto significativo ao nível das disponibilidades materiais, humanas e pedagógicas.

2.2. Oportunidades

A requalificação das instalações da escola-sede dotou o Agrupamento de condições ímpares para o cumprimento do seu desígnio formativo. Paralelamente, permitiu a exploração das novas instalações e equipamentos, potenciando um acréscimo de benefícios financeiros.

Ainda que com alguma irregularidade, os recursos humanos e financeiros provenientes do POCH têm possibilitado a aposta numa oferta formativa de qualidade.

2.3. Pontos fracos

Os resultados académicos abaixo do esperado, quando comparados com escolas do mesmo contexto, são recorrentemente identificados pelas ações inspetivas e têm motivado um enorme investimento na implementação de ações de melhoria, monitorização e regulação das práticas letivas e ainda em práticas de trabalho cooperativo entre os docentes.

A monitorização da interrupção precoce do percurso escolar dos alunos é igualmente uma área de melhoria, contudo este fenómeno é mais evidente ao nível de algumas ofertas formativas profissionalizantes, no ensino secundário.

A planificação articulada do currículo é já uma preocupação transversal dos grupos disciplinares, que têm vindo a aprofundar o trabalho desenvolvido nos diversos níveis de ensino. Note-se que na conceção dos programas e metas a articulação tem sido, em alguns casos, negligenciada.

O recurso a metodologias diversificadas assume-se fundamental na melhoria da qualidade das aprendizagens. Assim sendo, nos planos de formação devem estar previstas ações que posicionem os professores no âmbito da didática das suas disciplinas, de forma a que a utilização de métodos e técnicas diversificadas seja, cada vez mais, uma prática generalizada.

A renovada Biblioteca carece de uma crescente rentabilização dos recursos disponíveis, fundamentalmente numa lógica de transdisciplinaridade.

O incentivo aos alunos com aptidões excepcionais de aprendizagem, seja em contexto de sala de aula seja no âmbito de clubes especializados, será fundamental para fixar estes alunos no Agrupamento e melhorar os resultados escolares.

A indisciplina em contexto escolar é mais notória na escola-sede e cada vez mais comum em escalões etários mais baixos.

A exagerada dimensão do Agrupamento e dispersão geográfica de um número considerável de unidades educativas em nada beneficiam o sentido de pertença e de identificação dos seus elementos ao Agrupamento.

A divulgação externa das iniciativas promovidas, dos trabalhos realizados e dos êxitos alcançados deverá ser sistemática e sujeita a um tratamento cuidado.

As assimetrias, no Agrupamento, no que respeita a equipamentos tecnológicos, mobiliário e outros estimulam diferentes oportunidades de aprendizagem que devem ser erradicadas.

A participação dos pais e encarregados de educação no acompanhamento do processo educativo dos seus educandos tem-se revelado claramente insuficiente e inversamente proporcional ao nível de ensino que estes frequentam.

A gestão da cantina e a oferta alimentar em várias escolas são aspetos merecedores de reparos por parte da comunidade discente.

As atitudes pouco cívicas e a falta de hábitos de higiene dos alunos motivaram a implementação de projetos cujos resultados são ainda insatisfatórios.

A falta de manutenção dos jardins da escola-sede é uma fragilidade com implicações diretas na imagem e na qualidade da escola e que, por isso mesmo, tem de ser resolvida a curto prazo.

2.4. Pontos fortes

A atuação efetiva das diversas lideranças e a clareza das metas definidas nos projetos e planos de ação traçados pretendem contribuir para a melhoria do serviço educativo prestado, assim como a implementação de ações de melhoria, monitorização e regulação e ainda as práticas de trabalho cooperativo dos docentes.

São vários os projetos dinamizados que extravasam o espaço físico da(s) escola(s) e envolvem a comunidade. A sua importância para o enraizamento do Agrupamento na comunidade e para o fortalecimento da sua identidade exige que estas iniciativas sejam incentivadas, apoiadas e participadas pelo seu coletivo.

A diversidade de clubes e projetos direcionados para alunos com diferentes perfis permite responder às necessidades formativas individuais.

O Projeto de Educação para a Saúde desenvolve um importante trabalho ao nível do apoio a alunos com problemas específicos de saúde, na promoção da saúde e educação sexual em contexto escolar e ainda na promoção de uma consciência ecológica e solidária.

No âmbito dos percursos formativos profissionalizantes, têm sido estabelecidas inúmeras parcerias e protocolos que fomentam a interação com a comunidade envolvente (autarquias, instituições educativas, de saúde, empresas e outras).

A gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas e nas expectativas e sugestões dos profissionais, é uma preocupação permanente da direção.

A escola é a única alavanca capaz de elevar o povo ao nível da moral!

Guerra Junqueiro

3. Visão e missão

Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e a viver com os outros, aprender a ser – eis os quatro pilares da educação enunciados no relatório dirigido à UNESCO pela *Comissão Internacional Sobre a Educação para o Século XXI*.

Nesta perspetiva, reforça-se a conceção abrangente da educação – responsável máximo pelo desenvolvimento integral da pessoa (“espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”⁴) – e o papel da Escola como espaço privilegiado da ação educativa, polo dinamizador e educador da sociedade e da criança e do jovem dentro dessa sociedade.

Concebida como um todo, entendida na sua abrangência, a educação deve assentar, pois, nestes princípios básicos que a enformam, nestes pilares que a sustentam, que lhe servem de base.

Aprender a conhecer será desenvolver o gosto pelo conhecimento e pela descoberta, estruturado em conteúdos gerais e abrangentes; será aprimorar o discernimento e a curiosidade intelectual e estimular o sentido crítico; será “aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento”⁵ e estendendo esse prazer de conhecer a todas as etapas da vida.

⁴ *Educação Um Tesouro a Descobrir* – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI

⁵ *Idem* (op. cit 4)

Aprender a fazer “está estritamente ligad[o] à questão da formação profissional”⁶, porque os conhecimentos deverão ser postos em prática, aplicados em novas situações, quer em contexto de ensino quer em contexto profissional.

Aprender a viver com os outros será, necessariamente, aprender a linguagem da não-violência e da tolerância, aprender a respeitar as diferenças e a combater “os preconceitos geradores de conflitos”⁷.

Aprender a ser, porque, visando o desenvolvimento integral do ser humano, a educação terá sempre como fim último a formação de mulheres e homens responsáveis, conscientes e livres.

É precisamente para a realização deste projeto educativo global que a Escola – espaço de ação educativa – é chamada e é nessa realização que vamos encontrar a sua verdadeira missão. “Nada pode substituir o sistema formal de educação, que nos inicia nos vários domínios das disciplinas cognitivas. Nada substitui a relação de autoridade, mas também de diálogo, entre professor e aluno. Cabe ao professor transmitir ao aluno o que a Humanidade já aprendeu acerca de si mesma e da natureza, tudo o que ela criou e inventou de essencial.”⁸

Na prática, que ações cabe à Escola desenvolver para que esta ampla missão de educar seja cumprida?

Com certeza que lhe caberá combater o abandono precoce e incentivar a procura do ensino superior. Isto significa que a Escola deverá criar condições para que todas as crianças e jovens vejam aí a alternativa segura à construção do seu futuro, integrando os menos familiarizados com a cultura escolar. Terá de criar oportunidades para que todos aprendam, porque não podemos ter crianças excluídas. E é também por isso que lhe cabe a tarefa de proporcionar às crianças e jovens com necessidades educativas especiais um ensino realmente inclusivo, que não escamoteie as suas características, mas que lhes dê espaço para interagir, de-

⁶ Idem (op. cit 4)

⁷ Idem (op. cit 4)

⁸ Idem (op. cit 4)

envolver competências sociais, consolidar a sua autonomia e, se possível, preparar para a vida.

Competirá à Escola proporcionar a todos os alunos um ensino de qualidade, melhorando os níveis de aprendizagem, desenvolvendo talentos e competências, o livre pensamento, a imaginação e a criatividade, o sentido estético.

Da mesma forma, terá de ter um papel preponderante na transmissão dos valores humanos (respeito, verdade, tolerância, responsabilidade, autoestima, cooperação, fraternidade, sentido de justiça), ajudando no desenvolvimento global das crianças e dos jovens. A Escola terá de criar condições para que os seus alunos cresçam em conhecimento, em cultura e em integridade e responsabilidade, preparando-os para as exigências de um mundo globalizado, tornando-os capazes de se adaptarem à flexibilidade laboral, de se integrarem nos mais diversos contextos sociais e de trabalho, em qualquer parte do mundo.

Isto tudo porque o desenvolvimento social e o crescimento humano estarão sempre dependentes de um ensino de qualidade e de uma educação humanizada.

Facilmente se compreende que, no contexto da sociedade atual, a dimensão educativa se reveste de uma tal exigência que, debruçando-se sobre si própria e projetando o seu olhar sobre o meio que a rodeia, cada instituição escolar precisa de se assumir parte integrante desta ação de educar no século XXI, traçando o seu caminho, o seu rumo, a partir dos princípios universais ditados para a educação.

É também esse o caminho, é esse o rumo traçado, neste documento, pelo Agrupamento de Escolas de Canelas, instituição com identidade própria e, simultaneamente, pedaço desse corpo que é a Escola portuguesa. A partir da leitura, da reflexão e da síntese das necessidades, aspirações, potencialidades e características da comunidade em que se insere e sem esquecer a missão global que compete à educação neste século, a nossa Escola procura encontrar a sua orientação, desenhar o caminho a seguir, descobrir e assumir a sua missão, emergindo, por fim, como:

- **Escola** que privilegie o prazer de aprender, que desenvolva a curiosidade intelectual, que faça a apologia da cultura e do conhecimento como garantes da formação de cidadãos envolvidos com a vida social, cultural e económica do país e do mundo. “Con-

vém oferecer às crianças e aos jovens todas as ocasiões possíveis de descoberta e de experimentação – estética, artística, desportiva, científica, cultural e social”⁹.

- **Escola** que promova um ensino de exigência e aprendizagens de qualidade, que descubra e avive os talentos de cada uma das suas crianças e jovens.
- **Escola** solidária que reconheça a heterogeneidade, as diferenças, as particularidades, que as respeite e as potencie. Perante um grupo significativo de alunos que olha a escola como uma imposição externa, para a qual não apresenta aspirações nem expectativas, a resposta terá de ser a integração e a solidariedade. Acreditamos que é numa escola plural, que, embora defensora de uma cultura dominante, não pode ignorar a confluência de subculturas, que teremos de projetar a nossa ação educativa. Essa ação terá de passar pela construção de uma escola solidária, que diagnostica as dificuldades dos seus alunos de forma a trabalhar a partir delas e reconhece as suas capacidades e as potencia. E é nessa convivência, no diálogo entre as dificuldades e as potencialidades dos nossos alunos que os ajudamos a ser melhores. Ninguém aprende sozinho, quanto mais solidária e partilhada melhor a escola se torna.
- **Escola** que alimente a autoestima, valorizando o que cada aluno é capaz de fazer, para o levar, depois, ao confronto com o que não é ainda capaz, incentivando-o a progredir a partir da superação daquilo que o limita.
- **Escola** segura, que escolha para cada ação, cada gesto, cada projeto a linguagem da não-violência, que fomente a responsabilidade pessoal e social, que favoreça a tolerância e o respeito pelo Outro, o conhecimento da sua história, tradições e espiritualidade.
- **Escola** que crie padrões de qualidade para o seu desempenho, que regule e monitore o seu trabalho, que apoie e incentive as boas práticas. Sendo os professores uma peça-chave para a qualidade da educação, deve apostar-se na formação contínua, no trabalho de equipa, na partilha, como meios de melhorar o desempenho profissional e, conseqüentemente, as aprendizagens. Porém, esta ação só poderá ser potenciada através da colaboração ativa e empenhada dos pais e encarregados de educação, de outros técnicos especializados e de instituições ligadas à comunidade educativa.

⁹ Idem (op. cit 4)

- **Escola** que fomente, entre todos os que nela participam, o sentido coletivo de pertença. Ainda que respeitando as especificidades dos diferentes setores e ciclos da vida escolar, o Agrupamento tem de ser pensado e vivido como um todo.
- **Escola** que se organize de forma eficaz e eficiente para dar resposta a todas estas exigências.

O saber é uma riqueza que nunca se esgota.

Padre António Vieira

4. Objetivos e metas

A definição de metas completa e concretiza os objetivos a atingir pelo Projeto Educativo do Agrupamento. As metas apoiam a tomada de decisão e a gestão do projeto e constituem um elemento central dos processos de mobilização de equipas, de comunicação, de negociação e de avaliação. Em alguns casos, a meta está formulada no âmbito da própria formulação do objetivo; noutros casos, a formulação do objetivo é mais geral, a meta concretiza-o em termos de resultado a alcançar.¹⁰

Os princípios delineados na missão e norteadores de ação do Agrupamento concretizam-se em linhas de força operacionalizáveis, assentes na cooperação e envolvimento de todos os elementos desta comunidade educativa e a cuja concretização nos propomos como instituição:

- Melhorar o nível de aprendizagem dos alunos.
- Fomentar valores de cidadania.
- Promover hábitos de vida saudáveis.
- Elevar o nível cultural dos alunos.
- Promover o ensino inclusivo.
- Valorizar o trabalho, o esforço e a responsabilidade.
- Fortalecer a identidade do Agrupamento.

As metas que, a seguir, se apresentam têm como horizonte temporal o período de vigência do projeto educativo do Agrupamento (2016/2019).

¹⁰ Idem (op. cit 2)

I. Melhorar o nível de aprendizagem dos alunos

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR
Melhorar o impacto das experiências e oportunidades de aprendizagem das crianças	<u>EPE:</u> . Melhorar em 5% a taxa de consecução dos objetivos estabelecidos nos planos de melhoria.	Comparação com a taxa de consecução dos objetivos estabelecidos nos planos de melhoria do ano letivo anterior.	<ul style="list-style-type: none"> . Desenvolvimento de estratégias que permitam fortalecer a autoestima, a resiliência, a autonomia e o autocontrolo das crianças. . Valorização de práticas de ensino e aprendizagem diversificadas, respeitando diferentes ritmos.
Melhorar os resultados da avaliação interna	<u>Ensino Básico:</u> . Melhorar em 10% a taxa de sucesso pleno.	Sucesso pleno no ensino básico: obtenção de nível igual ou superior a 3 em todas as disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> . Uso de metodologias ativas em sala de aula, variando as estratégias, as atividades e os materiais.
	<u>Ensino Secundário:</u> . Melhorar em 10% a taxa de sucesso pleno.	Sucesso pleno no ensino secundário: obtenção de classificação igual ou superior a 10 em todas as disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> . Desenvolvimento de práticas de trabalho articulado, de forma sistemática, entre os diferentes níveis e ciclos de escolaridade.
	<u>Ensino Básico e Secundário:</u> . Aumentar em 10% o número de alunos que integram o <i>Quadro de Valor e Excelência</i> .	De acordo com os critérios definidos em regulamento.	<ul style="list-style-type: none"> . Promoção do trabalho de equipa e da cultura colaborativa. . Desenvolvimento de hábitos de reflexão e de análise conjunta sobre a prática pedagógica.
Melhorar os resultados da avaliação externa	<u>Ensino Básico:</u> . Reduzir em 5% a taxa de insucesso no exame nacional de Português e Matemática do 9º ano.	Taxa de insucesso: relação entre o n.º de alunos que obtêm nível inferior a 3 nos exames nacionais e o n.º total de alunos que os realizam.	<ul style="list-style-type: none"> . Aplicação de critérios, práticas e procedimentos uniformes na avaliação dos alunos (diagnóstica, formativa e sumativa). . Valorização da língua portuguesa no domínio da expressão oral e escrita.
	<u>Ensino Secundário</u> ¹¹ : . Atingir uma média de CE por disciplina cuja diferença não	Obtenção de uma diferença entre CE nacional (média dos 3 últimos anos) e CE por disciplina (média dos 3 últimos anos)	<ul style="list-style-type: none"> . Articulação das atividades de enriquecimento curricular com o ensino e aprendizagem em contexto de sala de aula, no âmbito do conselho de

¹¹ Para a análise dos resultados da avaliação externa no ensino secundário, apenas devem ser consideradas as disciplinas em que o número de alunos admitidos a exame na 1ª fase, em pelo menos dois anos, seja igual ou superior a 15.

	seja superior a 3 valores em relação à média nacional.	menor ou igual a 3 valores em todas disciplinas sujeitas a exame nacional.	docentes/turma.
Diminuir a taxa de retenção/não aprovação	<ul style="list-style-type: none"> . Reduzir a taxa de retenção/não aprovação para valores inferiores a: <ul style="list-style-type: none"> - 5% no 1.º ciclo - 10% no 2.º ciclo - 15% no 3.º ciclo - 15% nos percursos formativos alternativos - 20% no ensino secundário regular - 5% no ensino secundário profissional 	Obtenção de uma taxa de retenção/não aprovação, em cada ciclo, inferior aos valores de referência.	<ul style="list-style-type: none"> . Utilização de meios de monitorização, regulação e melhoria de práticas pedagógicas. . Reflexão sobre a evolução dos resultados escolares na avaliação interna e externa. . Dinamização da biblioteca para a promoção de hábitos de leitura das crianças/alunos. . Oferta diversificada de apoio em sala de estudo. . Otimização dos recursos de apoio educativo. . Promoção do <i>Quadro de Valor e Excelência</i> no domínio dos resultados académicos. . Incremento de clubes e projetos (espaços estratégicos de diferenciação pedagógica e enriquecimento do processo de ensino). . Diversificação da oferta formativa. . Otimização da ação dos serviços especializados nos processos de orientação vocacional, em articulação com as ofertas educativas e formativas disponíveis. . Realização de projetos de formação diversificada para professores (seminários, oficinas, ações de formação). . Contacto com os encarregados de educação dos alunos não assíduos, de acordo com o determinado na legislação. . Acompanhamento/reunião com os discentes em situação de assiduidade irregular. . Indicação para a CPCJ dos alunos em situação de abandono escolar. . Integração dos alunos em atividades de enriquecimento em áreas da sua preferência.
Aumentar a taxa de ingresso no ensino superior público	. Alcançar uma taxa mínima de ingresso de 65%, no ensino superior público.	Taxa de ingresso no ensino superior: relação entre o n.º de alunos colocados nas três primeiras opções e o número de candidaturas efetivadas.	
Monitorizar a taxa de empregabilidade dos alunos que concluem o ensino profissional	. Monitorizar a taxa de empregabilidade da totalidade (100%) dos alunos que concluem o ensino profissional.	Taxa de empregabilidade: relação entre o n.º de alunos que ingressam no mercado de trabalho (no período de 12 meses) e o n.º de alunos que concluem a formação profissionalizante.	
Reduzir o absentismo	. Reduzir em 5% a taxa de absentismo.	Taxa de absentismo: relação entre o n.º de alunos que ultrapassa o limite de faltas injustificadas e o n.º total de alunos do respetivo ciclo de ensino.	
Atuar precocemente sobre o abandono escolar	. Reduzir em 5% o n.º de comunicações à CPCJ.	Relação entre o n.º de casos referenciados às equipas técnicas e o n.º de comunicações efetivadas à CPCJ.	

II. Fomentar valores de cidadania

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR
Criar um ambiente propício à vivência escolar	. Manter o átrio principal das escolas permanentemente decorado.	Contabilização do n.º de semanas em que o átrio está decorado.	<ul style="list-style-type: none"> . Tratamento de temas integradores, no âmbito da cidadania, voluntariado, solidariedade, sustentabilidade e inclusão do <i>outro</i>. . Organização de seminários subordinados ao tema da cidadania. . Dinamização de atividades que promovam o combate à discriminação, ao preconceito e à violência de qualquer espécie. . Criação de clubes, oficinas e dinamização de projetos e atividades que comprometam os alunos na construção de uma vivência escolar positiva. . Desenvolvimento de iniciativas em espaços públicos frequentados por toda a população escolar. . Valorização de tempos de lazer como oportunidade de crescimento das crianças/alunos. . Supervisão dos alunos nos momentos não letivos. . Valorização no <i>Quadro de Valor e Excelência no Domínio da Cidadania</i>. . Uniformização de práticas e procedimentos no cumprimento do disposto no regulamento interno. . Responsabilização dos alunos que causem danos em espaços e/ou equipamentos. . Atuação atenta e sistemática por parte do corpo docente e não docente. . Aplicação de sanções proporcionais ao incumprimento do estipulado no regulamento interno.
	. Aumentar em 10% o n.º de iniciativas dinamizadas nos espaços comuns (átrio, biblioteca, auditórios, ...).	Comparação com o n.º de iniciativas dinamizadas nos espaços comuns, no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.	
Promover a ocupação de tempos livres	. Aumentar em 10% o n.º de alunos envolvidos em clubes e projetos.	Comparação com o n.º de alunos envolvidos em clubes e projetos, no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.	
Valorizar as boas práticas de relacionamento interpessoal	. Tender para uma taxa de 100% de classificações iguais ou superiores a nível 3/ <i>Suficiente</i> na área de PFPS/Oferta complementar.	Obtenção de classificações iguais ou superiores a nível 3/ <i>Suficiente</i> pelos alunos que frequentam a área de PFPS/Oferta complementar.	
	. Aumentar em 10% o n.º de alunos que integram o <i>Quadro de Valor e Excelência no Domínio da Cidadania</i> .	Comparação com o n.º de alunos que integraram o <i>Quadro de Valor e Excelência no Domínio da Cidadania</i> , no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.	
Promover o cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno	. Reduzir em 10% o número de processos disciplinares.	Comparação com o n.º de processos disciplinares anuais que resultaram na aplicação de medidas disciplinares, no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.	

Sensibilizar para a conservação das instalações e equipamentos escolares	. Tender para 0% o n.º de ocorrências que danifiquem instalações ou equipamentos.	Comparação com o n.º de ocorrências anuais registadas no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.	. Envolvimento dos encarregados de educação na prevenção e tratamento de questões disciplinares. . Controlo do vocabulário e da linguagem, dentro e fora da sala de aula. . Atribuição a cada turma de uma sala de aula fixa. . Realização de ações de formação para os diferentes agentes educativos.
---	---	--	---

III. Promover hábitos de vida saudáveis

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR
<p>Promover práticas de vida saudável e segura</p>	<p>. Aumentar em 5% as iniciativas promotoras de uma vida equilibrada (alimentação, sexualidade, comportamentos de risco, ...), direcionadas à comunidade educativa.</p>	<p>Comparação com o n.º de iniciativas dinamizadas no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.</p>	<p>. Organização de iniciativas que valorizem e promovam estilos de vida saudáveis. . Divulgação de atividades escolares, culturais, desportivas e artísticas no espaço escolar ou nos <i>media</i> do Agrupamento. . Interação entre a escola e a família na promoção de práticas de vida saudável e segura. . Dinamização de ações de solidariedade promotoras da melhoria do estado de saúde das crianças/alunos. . Diversificação das parcerias com centros de saúde, hospitais, farmácias, associações e outros.</p>
	<p>. Aumentar em 5% as iniciativas que desenvolvam competências pessoais e sociais em matéria de comunicação interpessoal e de saúde física e mental dos alunos.</p>	<p>Comparação com o n.º de iniciativas dinamizadas no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.</p>	
	<p>. Aumentar em 5% a interação com pais e encarregados de educação, valorizando o seu papel educativo.</p>	<p>Comparação com o n.º de iniciativas destinadas a encarregados de educação no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.</p>	

IV. Elevar o nível cultural dos discentes

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR
<p>Promover o nível cultural dos alunos</p>	<p>. Aumentar em 10% o n.º de iniciativas culturais e artísticas.</p>	<p>Comparação com o n.º de iniciativas dinamizadas no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Organização de exposições, espetáculos, concursos e outras iniciativas que permitam às crianças/alunos desenvolver o seu nível cultural e a sua criatividade. . Dinamização de projetos transdisciplinares e inter-turmas. . Organização de visitas de estudo (museus, centros de ciência, teatro, cinema, ...). . Dinamização de atividades que promovam a leitura e a escrita. . Dinamização de atividades ligadas às artes plásticas, à música e a outras formas de expressão artística. . Criação de oportunidades para a certificação de competências, designadamente no domínio das línguas. . Dinamização de atividades da biblioteca da escola-sede nas EB1 e JI.
<p>Consolidar a Biblioteca da escola-sede como espaço difusor de manifestações multiculturais</p>			

V. Promover a educação inclusiva

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR
Garantir a inclusão dos alunos com necessidades educativas de carácter permanente (NEEP) e transitórias	. Tender para 100% a implementação das medidas educativas consignadas no PEI dos alunos com NEEP.	Comparação entre o conjunto de medidas definidas e as medidas efetivamente proporcionadas.	<ul style="list-style-type: none"> . Implementação de estratégias de diferenciação pedagógica em sala de aula. . Implementação das medidas educativas consignadas no PEI do aluno. . Apoio educativo (coadjuvação, reforço curricular, apoio em sala de estudo, ...) aos alunos com dificuldades de aprendizagem. . Apoio educativo especializado e personalizado aos alunos com necessidades educativas de carácter permanente. . Articulação mais efetiva entre o professor de educação especial e os restantes professores do aluno NEEP.
	. Tender para 100% a implementação de apoios aos alunos com dificuldades de aprendizagem suportadas em declaração médica.	Comparação entre o conjunto identificadas e os apoios efetivamente proporcionados.	
Melhorar os resultados dos alunos com NEEP	. Melhorar em 10% a taxa de sucesso nas disciplinas em que foram implementadas medidas educativas.	Obtenção de nível/classificação/menção positiva nas disciplinas em que foram implementadas medidas educativas.	<ul style="list-style-type: none"> . Criação de clubes, oficinas e dinamização de projetos e atividades que valorizem as suas capacidades. . Contactos e reuniões com os técnicos especializados para articulação da informação, do planeamento da intervenção e da avaliação.
Incrementar e potenciar a articulação com os parceiros disponíveis	. Manter a totalidade das parcerias explicitadas no PEI do aluno.	Comparação das valências propostas nos PEI/PIT e as efetivamente proporcionadas.	<ul style="list-style-type: none"> . Contactos para a criação e ou manutenção de parcerias e protocolos com entidades promotoras de apoios especializados (ELI, IP, C.R. Granja, C.R.I. APPACDM, Cercigaia e Câmara Municipal de Gaia).

VI. Valorizar o trabalho, o esforço e a responsabilidade

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR
Promover uma cultura de responsabilização pessoal que valorize o trabalho e o empenho	. Balizar as ponderações dos vários domínios dos referenciais de avaliação.	Definição de limites no quadro dos critérios gerais de avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> . Valorização do trabalho/desempenho dos alunos dentro e fora da sala de aula. . Avaliação formativa/autoavaliação de aprendizagens ao longo e no final de cada do período letivo. . Participação/codinamização dos alunos em atividades curriculares e extracurriculares. . Responsabilização da família pelo processo e sucesso educativo dos seus educandos (em reuniões e outros contactos com pais e encarregados de educação).
	. Aumentar em 10% o número de alunos que integram o Quadro de Valor e Excelência.	De acordo com os critérios definidos em regulamento.	
	. Aumentar em 10% o número de atividades codinamizadas pelos alunos.	Comparação com o número de iniciativas dinamizadas no ano letivo anterior à entrada em vigência do atual PEA.	
Consolidar uma cultura avaliativa individual e partilhada	. Generalizar a aplicação de instrumentos diversificados de avaliação formativa.	Aplicação de instrumentos diversificados de avaliação formativa por todos os grupos disciplinares.	

VII. Fortalecer a identidade do Agrupamento

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR
Promover a imagem do Agrupamento	Aproximar a taxa de inscrição das crianças e alunos de acordo com o seguinte:		<ul style="list-style-type: none"> . Implementação de iniciativas, projetos e atividades abertos à comunidade. . Divulgação regular de iniciativas, projetos e atividades através do portal, jornal, <i>facebook</i>, circuito interno. . Divulgação dos documentos estruturantes do Agrupamento, dos serviços e da oferta formativa. . Reformulação dos documentos estruturantes do Agrupamento, conferindo-lhes unidade e complementaridade.
Consolidar o sentido de pertença ao Agrupamento	<ul style="list-style-type: none"> - 90% da EPE para o 1.º ano; - 75% do 4.º para o 5.º ano; - 80% do 6.º para o 7.º ano; - 70% do 9.º para o ensino secundário. 	Comparação entre o n.º de alunos que se inscrevem num ciclo de ensino com o n.º de alunos que concluiu o ciclo anterior.	<ul style="list-style-type: none"> . Otimização da rede de comunicação entre todas as escolas do Agrupamento. . Otimização da rede de comunicação entre as escolas do Agrupamento e as famílias. . Manutenção dos níveis de segurança nas áreas envolventes das escolas. . Manutenção de condições de limpeza adequadas nos espaços escolares. . Criação e/ou manutenção de parcerias com escolas, autarquias e instituições sociais.
Promover o envolvimento das famílias na vida escolar dos seus educandos.			<ul style="list-style-type: none"> . Desenvolvimento de iniciativas que fomentem o sentido de identidade do Agrupamento junto dos alunos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo, fisicamente afastados entre si e da escola-sede.

5. Divulgação, acompanhamento e avaliação

Para que o PEA e as suas linhas orientadoras sejam devidamente apropriados pelos seus dinamizadores, participantes, destinatários e demais intervenientes, é necessário ativar um processo de comunicação consistente que agregue todos os agentes em torno de um objetivo comum, pelo que se recomenda a implementação das seguintes estratégias:

- Apresentação aos alunos, pelos diretores de turma/docentes titulares, de forma ajustada ao perfil etário dos discentes;
- Publicitação junto de todos os agentes da comunidade educativa (associação de pais, encarregados de educação, câmara municipal, juntas de freguesia e outras instituições/entidades da comunidade local);
- Divulgação do documento no portal do Agrupamento.

A implementação e plena execução do PEA culminam na sua avaliação, num processo de aferição de resultados obtidos, de metas alcançadas, de objetivos concretizados. A avaliação do PEA visa medir o grau de realização das ações, medidas e atividades consumadas no seu plano estratégico, através das quais a escola se propõe desenvolver a sua ação educativa.¹²

Dada a multiplicidade de participantes na implementação do PEA, desde a comunidade educativa até aos parceiros económicos e sociais, de todos eles dependendo o seu grau de realização e sucesso, deve ser constituído, dentro do conselho geral, um grupo de avaliação onde, preferencialmente, estejam representantes de todos eles.

A avaliação do PEA deve ser operada ao longo do período de vigência, designadamente no final de cada ano letivo do triénio, com um carácter formativo, e no final do ciclo de implementação, numa lógica de avaliação sumativa.

¹² *Idem* (op. cit 2)

Anexos

ANEXO 1 – ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE TURMAS

Princípio geral

“No respeito pelo enquadramento legislativo, na constituição das turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica definidos no Projeto Educativo ou Regulamento Interno do Agrupamento e deve ser respeitada a heterogeneidade do público escolar, podendo o diretor, no entanto, perante situações pertinentes, atender a outros critérios que sejam determinantes para o sucesso escolar”.

Orientações legais

A aceitação de matrículas e a consequente formação de turmas obedece às orientações legais definidas anualmente pelo Ministério da Educação e Ciência.

Crítérios operacionais

1. Para além das disposições gerais aplicáveis a todos os anos e ciclos de escolaridade, no caso particular da educação pré-escolar, a constituição de grupo/turma será feita pela direção do Agrupamento, com base no respeito pela legislação em vigor e ainda pela aplicação dos seguintes critérios:

- a) As turmas são constituídas por um número mínimo de vinte e um e um máximo de vinte e cinco alunos.
- b) Os alunos devem, desde a sua admissão no Jardim de Infância, manter-se no mesmo grupo até ao final deste nível de educação, salvo proposta contrária devidamente fundamentada em ata de conselho de docentes e departamento, pelo educador e coletivo de intervenientes responsáveis pelo percurso escolar/educativo dos alunos.
- c) Preferencialmente, devem formar-se grupos por faixas etárias de proximidade (com alunos de três e quatro anos, ou quatro e cinco).
- d) Se possível, no ano imediatamente anterior à entrada no primeiro ano de escolaridade, devem formar-se grupos de alunos com cinco anos.

2. No caso particular do 1.º ciclo do ensino básico, as turmas devem ser constituídas, preferencialmente e sempre que possível, por alunos do mesmo ano de escolaridade.

3. Nas turmas de continuidade, sempre que possível e salvo recomendação expressa e devidamente justificada pelo conselho de turma/conselho de docentes, com fundamento em questões de carácter atitudinal e/ou comportamental ou outras consideradas relevantes para a promoção do sucesso dos alunos, manter-se-á junto o grupo de alunos do ano letivo anterior, mesmo nos anos de transição de ciclo.

No final de cada ano letivo, na última reunião de todos os conselhos de turma/conselhos de docentes, deve ser explicitamente registado em ata um parecer relativamente a esta matéria.

4. Na impossibilidade de aplicação do ponto anterior, os alunos devem ser repartidos equitativamente e, sempre que possível, por género, assim como os alunos condicionais ou de matrícula antecipada (neste caso, no 1.º ciclo).

5. Salvo situações de carácter excecional, a recomendação de separação deverá ser feita apenas se a sua concretização não tiver impacto nas demais turmas envolvidas no processo sobre as quais não exista recomendação de separação de alunos;

6. As turmas podem ainda ser objeto de reestruturação, nomeadamente por necessidades decorrentes da redução global de alunos, decisões de reordenamento de rede, inclusão de alunos NEE que permitem redução de turma, transferências aceites, da escolha realizada relativamente à Língua Estrangeira II ou outras disciplinas de opção no ensino secundário ou outras razões de carácter excecional atendíveis.

7. Os alunos não transitados devem, sempre que possível, ser distribuídos de forma equitativa pelas turmas existentes. Ficam salvaguardados projetos pedagógicos específicos, bem como turmas decorrentes de percursos educativos e formativos específicos e alternativos, devidamente aprovados e autorizados pela tutela.

8. As turmas que integrem alunos NEE de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por vinte alunos, não podendo incluir mais de dois alunos nestas condições.

Este número pode ser superior apenas em situações de exceção, devidamente fundamentadas, que sejam apresentadas ao Diretor e ratificadas pelo Conselho Pedagógico.

Os alunos NEE deverão ser integrados, preferencialmente, em turmas com um ano de escolaridade e com redução do número de discentes. No processo de formação das turmas, serão tidas em conta as considerações dos docentes titulares de turma e/ou coordenadores de estabelecimento.

9. As situações de turmas cujo número de alunos ultrapassa o máximo previsto pelos normativos aplicáveis terão carácter excecional e devem ser apresentadas, justificadas e ratificadas pelo Conselho Pedagógico.

10. No ensino secundário, de acordo com a legislação em vigor, as disciplinas de opção (língua estrangeira da formação geral e opções da formação específica) só poderão funcionar se o número de inscritos não for inferior a vinte alunos. Caso tal não se verifique, os alunos serão inscritos nas opções que reúnam as condições referidas.

11. A disciplina de Educação Moral e Religiosa só poderá funcionar se o número de alunos inscrito for igual ou superior a dez, admitindo-se, nos termos da legislação aplicável, que se integrem alunos de diferentes anos na composição de um grupo de dez.

Aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 18 de novembro de 2015

Ratificado em reunião de Conselho Geral de 26 de janeiro de 2016

ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE ALUNOS POR CICLO DE ESCOLARIDADE (2007-2015)

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Educação pré-escolar	275	292	293	291	280	280	274	293
1º ciclo	1159	1137	1111	1032	968	914	906	860
2º ciclo	461	479	467	529	505	505	447	439
3º ciclo	708	641	642	646	624	691	661	697
Básico – profissionalizante	35	59	54	88	112	58	83	72
Secundário	132	145	149	166	144	146	189	214
Secundário - profissionalizante	82	134	154	155	152	168	147	154
Totais anuais	2852	2887	2870	2907	2785	2762	2707	2729

ANEXO 3 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE GRUPOS/TURMAS POR CICLO DE ESCOLARIDADE (2007-2015)

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Educação pré-escolar	12	12	12	12	12	12	12	13
1º ciclo	54	54	52	50	47	47	43	41
2º ciclo	19	21	22	22	22	21	20	19
3º ciclo	31	26	29	26	27	31	30	31
Básico – profissionalizante	2	4	4	6	7	4	4	3
Secundário	7	8	8	9	7	6	7	9
Secundário - profissionalizante	5	7	8	8	8	8	7	6
Totais anuais	130	132	135	133	130	129	123	122

ANEXO 4 – EVOLUÇÃO DA OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA (2007-2015)

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Curso vocacional II							X	X
Curso vocacional III							X	X
CEF - Empregado de mesa	X	X	X	X	X	X		
CEF - Operador de informática	X	X	X	X				
CEF – Empregado comercial			X	X	X	X		
CEF - Operador armazenagem						X	X	
Curso tecnológico de administração	X							
Curso tecnológico de informática	X	X						
Curso profissional de GPSI, informática de gestão	X	X	X	X	X	X	X	
Curso profissional de turismo	X	X	X	X	X	X	X	X
Curso profissional de marketing, relações públicas e publicidade	X	X	X	X	X	X	X	
Curso profissional de comércio							X	
Curso profissional de restauração								X

Oferta Educativa e Formativa Profissionalizante - turmas de iniciação autorizadas

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Curso de ciências e tecnologias	X	X	X	X	X	X	X	X
Curso de ciências sociais e humanas	X							
Curso de línguas e humanidades		X	X	X	X	X	X	X

Ensino Secundário Regular

ANEXO 5 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS PERMANENTES (2007-2015)

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Educação pré-escolar	5	5	5	2	3	4	8	4
1º ciclo	31	23	27	22	27	25	31	35
2º ciclo	19	11	14	15	23	15	16	26
3º ciclo	16	20	24	24	18	24	23	22
Secundário	3	3	2	1	1	2	5	8
Totais anuais	74	62	72	64	72	70	83	95

ANEXO 6 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS COM ASE (2007-2015)

		2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
1º ciclo	Escalão A	178	182	236	175	151	335	329	324
	Escalão B	39	123	91	131	131	231	239	218
2º ciclo	Escalão A	—	—	—	199	250	181	192	164
	Escalão B	—	—	—	95	105	187	133	100
3º ciclo	Escalão A	—	—	—	332	323	199	424	250
	Escalão B	—	—	—	137	233	238	219	164
Secundário	Escalão A	—	—	—	94	98	75	87	114
	Escalão B	—	—	—	58	57	76	63	81
% Alunos apoiados		34,2%	59%	54,8%	42%	48,4%	55,1%	62,3%	51,8%
Reforços e suplementos alimentares (escola-sede)		—	—	40	40	42	41	44	93

ANEXO 7 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES POR CICLO DE ESCOLARIDADE E VÍNCULO CONTRATUAL (2007-2015)

		2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Educação pré-escolar	Quadro	16	14	15	14	13	13	14	13
	Contratados	1	2	2	2	1	0	0	1
1º ciclo	Quadro	70	62	60	58	53	51	50	50
	Contratados	7	9	5	6	6	7	3	1
2º ciclo	Quadro	53	59	67	61	60	46	43	40
	Contratados	11	12	11	20	11	5	3	3
3º ciclo e secundário	Quadro	110	102	111	112	117	104	96	90
	Contratados	10	17	22	32	29	15	11	14
Totais de docentes do quadro		249	237	253	245	248	214	203	193
Totais de docentes contratados		29	40	40	60	47	27	17	19
Totais anuais		278	277	293	305	295	241	220	212

ANEXO 8 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAL NÃO DOCENTE POR CATEGORIA E VÍNCULO CONTRATUAL (2007-2015)

		2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Assistentes operacionais ER1/II	Quadro	20	22	21	19	17	21	20	17
	POC/CEI	0	0	0	0	0	0	0	3
Totais globais		20	22	21	19	17	21	20	20
Assistentes operacionais escola sede	Quadro	36	32	33	34	31	26	23	22
	POC/CEI	19	15	12	10	10	14	9	7
Totais globais		55	47	45	44	41	40	32	29
Assistentes técnicos	Quadro	19	18	15	13	12	11	8	8
	POC/ Requalifica- dos/ Mobilidade	0	0	0	0	0	1	2	1
Totais globais		19	18	15	13	12	11	10	9

ANEXO 9 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ACADÉMICOS (2007-2015)

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Todos os níveis de ensino	83,8%	80,8%	86,9%	89,3%	88,1%	85,5%	88,3%	87,9%

% de alunos que transitam em anos intermédios e/ou concluem o ciclo de estudos

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Educação pré-escolar	—	—	—	—	—	—	—	—
1º ciclo	95,1%	94,9%	94,2%	95,9%	93,5%	92%	94,8%	94,8%
2º ciclo	93,9%	73%	89,7%	93,2%	89,9%	83%	80,1%	88,1%
3º ciclo	82,3%	79,5%	81%	81,6%	77,4%	81%	86,5%	83,6%
Básico – profissionalizante	100%	91,5%	94,4%	88,6%	91,8%	93%	78,5%	70%
Secundário	89,5%	76,5%	76,3%	75,6%	79,7%	54,5%	82,5%	78%
Secundário – profissionalizante	87,5%	79%	87,7%	82%	84,2%	94,3%	99,3%	91%

% de alunos que transitam em anos intermédios e/ou concluem o ciclo de estudos

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Educação pré-escolar	—	—	—	—	—	—	—	—
1º ciclo	89,7%	88,4%	88%	86,6%	86,9%	81,2%	83%	86,2%
2º ciclo								
3º ciclo								
Secundário								
Cursos vocacionais	—	—	—	—	—	—	70%	87,5%
Cursos profissionais	—	—	89,4%	84%	81,8%	89%	98%	72,7%

% de alunos que concluem o ano terminal do ciclo de estudos

ANEXO 10 – EVOLUÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR (2007-2015)

	2007 / 2008	2008 / 2009	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Intenções de candidatura	73	85	68	95	87	79	81	97
Candidaturas efetivadas	50	55	33	36	45	34	31	34
Colocados 1ª opção	12	20	18	13	14	11	13	9
Colocados 2ª opção	6	10	3	9	8	5	3	4
Colocados 3ª opção	5	5	3	7	4	3	3	8
% Global de colocados por ano	60%	73%	75,7%	80,5%	73,3%	71%	71%	62%

ANEXO 11 – EVOLUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE PROCESSOS DISCIPLINARES (2010-2015)

	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
1ºP	26	48	64	44	39
2ºP	64	52	50	54	59
3ºP	36	38	41	9	29
Totais anuais	126	138	<u>155</u>	<u>107</u>	127

Evolução da incidência de processos disciplinares por período letivo (2010/2015)

		2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015
Processos concluídos: medidas disciplinares sancionatórias	1ºP	8	19	33	35	29
	2ºP	29	21	26	43	25
	3ºP	8	20	16	5	14
	Totais anuais	<u>45</u>	60	75	<u>83</u>	68
Processos concluídos: medidas disciplinares corretivas	1ºP	17	27	31	8	6
	2ºP	35	29	24	10	32
	3ºP	27	18	25	4	11
	Totais anuais	79	74	<u>80</u>	<u>22</u>	49

Evolução da incidência de processos disciplinares por medida disciplinar aplicada
(2010/2015)